

CCJ aprova pacote contra violência

Medidas incluem isolamento de preso por 720 dias ou mais, maior rigor na liberdade condicional e progressão da pena, benefício ao condenado que colaborar com investigação, e política de moradia para policiais. **Páginas 4 e 5**



Genildo Magela

Congresso vota na terça mudanças no Orçamento

A redução à metade no número de integrantes da Comissão Mista de Orçamento, que também deverão ser trocados todos os anos, está prevista em projeto entregue ontem aos presidentes do Senado e da Câmara. Renan Calheiros convocou sessão do Congresso para as 19h de terça-feira a fim de votar as mudanças. **Página 3**

Presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo (ao fundo), reúnem-se com líderes e comissão que propõe novas regras para tramitação do Orçamento

Indicada para o Supremo tem acolhida unânime em comissão

O nome de Cármen Lúcia Antunes Rocha, procuradora do estado de Minas Gerais indicada para ministra do STF, foi aprovado pela CCJ e se-

guiu para o Plenário, onde só não foi votado ontem porque a oposição obstruiu a pauta em função de declarações de Lula e de Tarso Genro. **Página 2**



Célio Azevedo

Pirataria financia crime e dá prejuízo de R\$ 30 bilhões

Especialistas fazem balanço em subcomissões do Senado sobre pirataria no setor de audiovisual. **Página 8**

Multa pesada para quem empregar menor de 16 anos

Projeto de Lúcia Vânia, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, estabelece multas maiores por descumprimento da CLT. **Página 8**

Gustavo Starling (E) fala em subcomissões ao lado de Arns, Gonçalves e Torres



José Cruz

Cármen Lúcia, entre ACM (D) e Roberto Busato, deve ocupar vaga de Nelson Jobim no STF

Indicação feita pelo presidente Lula será ainda referendada pelo Plenário. Se confirmada, Cármen Lúcia Antunes Rocha ocupará a vaga aberta com a saída do ministro Nelson Jobim

CCJ aprova por unanimidade procuradora mineira para o STF

O nome da procuradora do estado de Minas Gerais Cármen Lúcia Antunes Rocha foi aprovado ontem, por unanimidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para integrar o Supremo Tribunal Federal (STF). Foram 23 votos favoráveis à indicação feita pelo presidente da República. A decisão final compete ao Plenário e, se referendada, Cármen Lúcia será a segunda mulher a ocupar o cargo de ministra do STF, hoje presidi- do pela ministra Ellen Gracie.

Reconhecida como uma das principais juristas do país na atualidade, Cármen Lúcia deverá ocupar a vaga aberta com a saída do ministro Nelson Jobim. Na arguição, salientou que seu maior compromisso, se confirmada para o Supremo, será lutar pela aplicação prática das leis. A



Ao lado de Busato, Cármen Lúcia afirma que lutará pela aplicação prática das leis

começar, como observou, pela própria Constituição, que, em suas palavras, não pode mais continuar existindo apenas como uma peça textual. Ela também

avaliou como positiva a reforma do Judiciário, embora admitindo a necessidade de medidas que possam contribuir para acelerar as decisões judiciais.

Com a presença do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, a arguição deu oportunidade a que os senadores manifestassem suas preocupações com a ordem pública depois dos incidentes em São Paulo. Cármen Lúcia evitou emitir juízos sobre as decisões das autoridades do estado, mas disse que as soluções exigem um posicionamento da classe política e respeito ao princípio da “transparência”, para que se possa conhecer claramente “o que e quem está fazendo”.

– Os governantes devem levar em conta o princípio da dignidade da pessoa humana – enfatizou.

Museu Histórico do Senado homenageia Nelson Carneiro

O Dia Internacional dos Museus foi comemorado ontem pelo Museu Histórico do Senado com uma homenagem ao seu fundador e patrono, o senador Nelson Carneiro (1910-1996). Presidente do Senado de 1989 a 1990, Carneiro propôs a criação do museu, que guarda obras de arte, móveis e objetos das duas primeiras sedes do Senado – os palácios do Conde dos Arcos e Monroe, no Rio de

Janeiro.

Na cerimônia, foi inaugurado um busto do senador no Salão Nobre. Estiveram presentes a presidente do Conselho Curador do museu e viúva do homenageado, Carmem Carneiro; Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, representando o presidente



Ao lado de Efraim, Serys e Carmem, Tião Viana faz discurso

Renan Calheiros; Efraim Morais (PFL-PB); Serys Shhessarenko (PT-MT); o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; entre outros.

Efraim manifesta solidariedade a servidores públicos da Paraíba

O senador Efraim Morais (PFL-PB) expressou ontem sua solidariedade ao grupo Compromisso Educação e Saúde, que divulgou manifesto a respeito de urgentes mudanças nas políticas governamentais para a educação e a saúde. Formado por servidores públicos ativos e aposentados, das esferas federal, estadual e municipal, residentes na Paraíba, o grupo tem como objetivo “resgatar a obrigatoriedade de o Estado brasileiro oferecer um serviço público de qualidade”.

“A privatização massiva dos serviços sociais é claramente nociva ao interesse público”, diz um trecho do manifesto, lido pelo senador paraibano. Efraim



Roosevelt Pinheiro

Efraim: grupo pede mudanças em políticas governamentais para educação e saúde

Morais informou que consta da estratégia do grupo ação eleitoral visando à formação de uma bancada de deputados federais “umbilicalmente comprometida com esse processo de mudança e de revalorização do funcionário público”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário pode aprovar pacote para segurança pública

A sessão, que começa às 14h, destina-se à análise dos itens que trancam a pauta de votações. Assim que forem apreciadas as medidas provisórias e projetos que obstruem os trabalhos, os senadores devem aprovar parte das medidas de segurança pública elaboradas para conter a onda de violência em São Paulo e fortalecer o setor.

CRE sabatina indicado para embaixada na Bolívia

Na reunião de hoje, às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE) vai sabatar Frederico Cezar de Araújo, indicado pelo Executivo para ser o novo embaixador do Brasil na Bolívia. Ele deve comentar a crise entre os dois países em virtude da decisão boliviana de nacionalizar o gás e o petróleo. Também está em pauta a indicação de Celina Maria Assumpção para o cargo de embaixadora na República da Coreia.

Mercosul em discussão

Às 9h, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul vai discutir textos de acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro, como o que cria o “visto Mercosul” entre os países membros do bloco econômico.

Comissão de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 10h de hoje para dar continuidade às votações pendentes no colegiado, como projetos com liberações de recursos para órgãos públicos e o Plano Plurianual (PPA).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, Roberto Saturnino, Garibaldi Alves Filho e Romeu Tuma

Renan Calheiros convoca sessão do Congresso para analisar a resolução que reduz o número de membros da CMO e separa relatores da receita e da despesa

Congresso vai votar terça-feira mudanças no Orçamento

Após reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e com líderes partidários, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que convocou uma sessão do Congresso Nacional para as 19h da próxima terça-feira, quando será votado o projeto de resolução que fará mudanças na tramitação do projeto da lei orçamentária.

– As modificações propostas vão da elaboração até a execução. São mudanças fundamentais no sentido de garantir transparência, que é hoje, mais do que nunca, uma exigência da sociedade – afirmou Renan.

O projeto foi elaborado por uma comissão de três senadores e três deputados reunida especialmente com esse objetivo. Entre outras mudanças, determina a redução do número de parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que cai de 84 para 40 integrantes. Com isso, ficará mais fácil reunir a comissão para votações, principalmente do projeto do Orçamento federal, pois o governo garantirá qualquer votação se mantiver na comissão



Presidentes do Senado e da Câmara reúnem-se com parlamentares que entregaram propostas de alterações no trâmite da lei orçamentária

apenas 16 deputados e seis senadores. Ficou ainda decidido que, a cada ano, a comissão terá de trocar todos os seus integrantes. Hoje, um parlamentar pode ficar na comissão pelo tempo que as lideranças partidárias aceitarem.

Renan, Aldo e os líderes concordaram em impor condições para apresentação de emendas de comissões. Assim, ficam proi-

bidadas as emendas genéricas, que podem abrir a chance de irregularidades na sua execução junto aos ministérios, governos estaduais ou prefeituras.

Segurança pública

Renan observou estar satisfeito com a aprovação de 11 projetos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para ele, os momentos de pânico e de

tensão sempre devem ser utilizados para fazer o aperfeiçoamento institucional. Ele assinalou que “as pessoas precisam entender dessa forma”.

O presidente do Senado disse também que tem conversado com Aldo Rebelo e espera que a Câmara dos Deputados dê a mesma urgência aos projetos aprovados.

– Os problemas aqui são múltiplos, mas é importante que nós

conversemos para que possamos priorizar aquilo que a sociedade quer que nós priorizemos. Acho que a legitimidade do Legislativo depende fundamentalmente disso – avaliou.

Em relação à notícia de que o funcionário terceirizado da Câmara dos Deputados Arthur Vinícios Pilastra Silva teria admitido o vazamento de um depoimento secreto dos delegados Godofredo Bittencourt e Rui Ferraz, do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) – feito na semana passada à CPI do Tráfico de Armas, na Câmara dos Deputados, e vendido ao traficante Marcos Camacho, o Marcola –, Renan afirmou que é preciso muito cuidado com as investigações feitas pelo Congresso, porque vazamentos acabam atrapalhando esse trabalho.

– É importante que isso tudo seja visto e alguém seja responsabilizado. Quem sabe essa gravação é um indício de que nós precisamos esclarecer, apurar a fundo para, na prática, verificar o que está acontecendo mesmo?

Resolução corta 44 vagas na Comissão de Orçamento e impõe rodízio

O projeto de resolução do Congresso que vai mudar o rito de tramitação do projeto de Orçamento da União determina que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) terá de trocar todo ano seus integrantes. Hoje, um parlamentar pode ficar na comissão anos seguidos, desde que suas lideranças concordem.

Essa é uma das dezenas de mudanças que os congressistas querem fazer para tornar mais transparente a discussão e a apresentação de emendas ao projeto de lei do Orçamento federal.

O documento, preparado pelo grupo de três senadores e três deputados que estudou o assunto nos últimos dias, prevê ainda que o número de parlamentares na Comissão de Orçamento será reduzido à metade. Hoje, são 63 deputados e 21 senadores e a proposta é reduzir o número para 30 deputados e dez senadores.

O projeto de resolução foi entregue ontem aos presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, e aos líderes partidários. Até quarta-feira, apesar da concordância geral com as mudanças, as lideranças

ainda poderão fazer sugestões de alteração. Na verdade, as modificações estão sendo apresentadas a um projeto do deputado Ricardo

Barros (PP-PR), proposto no ano passado depois que uma comissão estudou o assunto por vários meses.

O deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), integrante da comissão que propôs as alterações e líder da Minoria na Câmara, disse que

Renan, Aldo e os líderes decidiram que o grupo deverá continuar trabalhando para recomendar, nos próximos meses, mudanças mais profundas ao Orçamento. A idéia seria trabalhar com propostas que já tramitam na Câmara e no Senado. Entre as próximas mudanças, Aleluia sugere que a Constituição seja modificada para colocar uma data-limite para votação do Orçamento. Ele quer ainda regras objetivas para a liberação de emendas feitas pelos parlamentares, evitando que o Executivo use critérios políticos nesse processo.

Para Aleluia, se a resolução for acatada na terça-feira, as mudanças deverão ser feitas imediatamente, inclusive o corte de 44 vagas na CMO. “Se a resolução for aprovada, no meu entender, tem que ser colocada logo em prática”, disse o deputado.

O grupo que estudou as alterações é composto, além do deputado Aleluia, pelos senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Romero Jucá (PMDB-RR) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) e pelos deputados Jorge Bittar (PT-RJ) e Sérgio Miranda (PDT-MG).

▼ O que propõe a nova resolução

- ✓ O número de integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) será reduzido. Hoje são 63 deputados, que passariam a ser 30. Dos 21 senadores, ficariam dez
- ✓ Nenhum deputado ou senador poderá integrar a comissão por mais de um ano seguido
- ✓ Ficam proibidas as emendas de bancadas redigidas de forma genérica. Se o dinheiro se destinar à compra de uma ambulância, por exemplo, a emenda terá que informar qual a prefeitura a ser beneficiada. As emendas parlamentares individuais terão de informar o nome da entidade beneficiada, com outros dados. Acabam as emendas de bancadas regionais
- ✓ O relator-geral do projeto orçamentário terá menos poder sobre os recursos advindos das reestimativas de receitas. Ele deverá destinar 55% das reestimativas às dez sub-relatorias setoriais e 25% às emendas de bancada
- ✓ Será criado o relator de receitas, que deverá ser de um partido diferente do partido do relator-geral. Só poderão ser feitas duas reestimativas
- ✓ Só poderá ser relator setorial parlamentar que integrar comissão permanente ligada ao mesmo assunto (saúde, transportes etc). Esse relator terá de discutir seu parecer com as comissões da área
- ✓ A bancada estadual que destinar verbas a um projeto terá que beneficiar com recursos, no ano seguinte, a mesma obra, até que ela seja concluída. Objetivo é evitar obras inacabadas
- ✓ A CMO não vai mais votar créditos adicionais pedidos pelo presidente da República depois de 20 de novembro. O assunto irá direto para o Plenário do Congresso
- ✓ Será adotado critério para distribuição de verbas para os estados, via emendas de bancadas. O objetivo é impedir que um estado, por critérios políticos, seja altamente beneficiado de um ano para outro



Senadores da Comissão de Justiça acolhem 11 projetos, em regime de urgência, para ampliar os mecanismos de combate à criminalidade

CCJ aprova pacote antiviolação e cria regime de segurança máxima

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem 11 projetos de lei que formam o pacote de medidas de emergência para combater a criminalidade no país. Uma das propostas é a que institui o regime disciplinar diferenciado de segurança máxima (RDMax), recuperando antigo projeto que foi rejeitado pela Câmara em 2003. A proposição prevê a ampliação do prazo de isolamento do preso de alta periculosidade por 720 dias, com possibilidade de prorrogação ou de conversão para o regime disciplinar diferenciado (RDD), já previsto na legislação e que é um regime especial de isolamento mais brando.

O PLS 179/05, que recebeu decisão terminativa na CCJ, é de autoria do senador Demostenes Torres (PFL-GO) e modifica a Lei 7.210/84. O texto obteve parecer favorável do relator na CCJ, Edison Lobão (PFL-MA).

A partir desse projeto (*veja quadro*), a legislação brasileira passaria a contar, segundo explicou o autor da matéria, com dois regimes especiais de isolamento:

▼ Mais controle e menos regalias

- ✓ O recolhimento do preso será em cela individual
- ✓ As visitas, separadas por vidros, serão mensais com o máximo de dois familiares, e a comunicação será feita por meio de interfone, com filmagem e gravações encaminhadas ao Ministério Público
- ✓ O banho de sol terá duração de até duas horas diárias
- ✓ A comunicação com outros presos fica proibida nas saídas para banho de sol e exercícios físicos, assim como entre os presos e os agentes penitenciários
- ✓ Fica proibida a entrada de alimentos, refrigerantes e bebidas em geral por intermédio dos visitantes
- ✓ Fica proibido o uso de aparelhos telefônicos, de som, de televisão, de rádio e similares
- ✓ Os contatos com advogados serão mensais, salvo autorização judicial. Os nomes dos advogados dos presos devem ser informados à seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

o disciplinar diferenciado e o disciplinar diferenciado de segurança máxima, sendo que este último receberia exclusivamente presos que tivessem envolvimento com organizações criminosas.

Ao se referir à onda de violência em São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul como “um estado de

guerrilha urbana”, Lobão afirmou que as restrições do regime disciplinar diferenciado de segurança máxima são “indispensáveis na luta contra o crime organizado”.

Outros projetos, que tiveram pedidos de vista coletiva, serão examinados hoje pela Comissão de Justiça.

Operadoras ficarão obrigadas a instalar bloqueadores de celular

As empresas operadoras de celulares deverão instalar, no prazo máximo de 180 dias, a contar da publicação da lei, bloqueadores de sinais de radiocomunicações (BSR) nas penitenciárias estaduais e federais para impedir a comunicação por telefones móveis nesses estabelecimentos. É o que dispõe o PLS 137/06, de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relatado por Demostenes Torres e aprovado ontem pela CCJ.

O projeto receberá decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Pelo texto, fica determinado também que as operadoras devem prestar serviços de atualização tecnológica dos bloqueadores de celular. A empresa que desobedecer a essa exigência estará sujeita à pena de multa, cujo valor será fixado na regulamentação da lei.

Outra proposta acolhida (PLS 136/06) estabelece regime de



Aprovado na Comissão de Justiça, projeto de Tourinho terá decisão terminativa na CI

isolamento ao preso que portar ou fornecer aparelho celular que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

Como parte do pacote antiviolação, a Comissão de Justiça aprovou projeto de Renan Calheiros (PMDB-AL) que determina a criação de uma política habitacional específica para poli-

ciais militares, civis e bombeiros militares.

Pelo texto (PLS 220/03), compete ao Executivo definir a implementação do Programa de Subsídio Habitacional para Po-



Demostenes (D), ao lado de ACM, quer impedir brecha na lei que favoreça preso perigoso

Aumenta rigor para liberdade condicional e progressão da pena

O preso que obtém a redução do tempo de encarceramento para 30 anos não poderá usar esse limite máximo de cumprimento da pena para obter o livramento condicional ou passar do regime fechado para o semi-aberto. Projeto nesse sentido, de autoria de Demostenes Torres e relatado por Pedro Simon (PMDB-RS), recebeu decisão terminativa na Comissão de Justiça (CCJ). Segundo o autor, a proposta não permitirá que um condenado a 300 anos, já beneficiado com regime prisional de 30 anos, tenha esse tempo ainda mais reduzido.

Demostenes acatou emenda de Tião Viana (PT-AC) para manter o atual tempo máximo de 30 anos. Pela proposta original, esse período seria estendido para 40 anos.

Outro projeto aprovado pela CCJ, terminativo, altera o Código de Processo Penal para disciplinar a reparação de dano decorrente da prática de infração penal. A matéria, também de Demostenes, relatada por Simon, estabelece que os bens de pessoas condenadas por crimes, adquiridos de forma ilícita, inclusive aqueles transferidos a terceiros e depositados no exterior, devem ser transferidos em favor de suas vítimas.

O projeto de lei (PLS 474/03) que altera artigo do Código Penal para aumentar prazos prescricionais foi outra matéria aprovada na

comissão. Pelo texto de Demostenes, relatado por Alvaro Dias (PSDB-PR), haverá maior equilíbrio nos intervalos de contagem do prazo prescricional.

Videoconferência

Foi acolhido ainda pela Comissão de Justiça projeto de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que reduz o chamado “turismo judiciário”, em que o preso precisa ser deslocado ao tribunal para ser interrogado. De acordo com a proposta (PLS 139/06), os interrogatórios e as audiências judiciais passarão a ser realizados por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de presença virtual.

Também recebeu aprovação projeto (PLS 140/06) de autoria do senador Alvaro Dias que facultava ao preso condenado colaborar com investigação policial ou processo criminal em troca da redução de pena.

A CCJ acolheu projeto de Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) que impede a possibilidade de livramento condicional ao preso reincidente em crime doloso apenado com reclusão (PLS 135/06). Foi aceita ainda proposta do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da CCJ, que permite ao juiz decretar a indisponibilidade de bens, desde que verificada a existência de indícios de crime doloso, apenado com reclusão (PLS 138/06).

Policiais terá apoio para a aquisição de moradia

liciais Militares e Civis (PSHP), cabendo ao Ministério da Justiça colaborar com estudos técnicos. A operacionalização dos recursos ficará a cargo do Banco Central.

– Os policiais, alvo dos bandidos e que são levados a morar em favelas devido ao baixo nível salarial, precisam ser valorizados pela sociedade – disse o relator Demostenes Torres.



Presidente da CCJ pede que Câmara dos Deputados vote o pacote de 11 medidas emergenciais sobre segurança pública aprovado pelo Senado. Saturnino quer a qualificação do aparato policial

Lei deve atender ao clamor da sociedade, diz João Tenório

Ao comentar os ataques criminosos dos últimos dias no estado de São Paulo, João Tenório (PSDB-AL) disse que a legislação penal brasileira tem de atender aos clamores da sociedade.

– Precisamos de leis duras que inibam a ousadia assassina do crime organizado e, ao mesmo tempo, protejam a vulnerabilidade do cidadão comum – opinou.

O senador também criticou a atitude de defensores dos direitos humanos que, afirmou, levantaram a voz contra as mortes registradas no Carandiru e em Eldorado dos Carajás, mas, “por negligência, tibieza ou timidez”, ficaram “calados diante desse hediondo atentado às autoridades constituídas do país”.

ACM espera que governo não interfira nos projetos aprovados

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse esperar que o governo não interfira na tramitação dos 11 projetos que tratam de assuntos relativos à segurança pública e que foram aprovados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

Antonio Carlos pediu a Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, que presidia a sessão, que entrasse em entendimento com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, para agilizar a aprovação. O senador baiano, presidente da CCJ, explicou que outras duas proposições serão analisadas na próxima reunião do colegiado. Uma delas



Antonio Carlos rejeita declarações do ministro da Justiça sobre as propostas

é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 22/01, que vincula parte da receita obtida com a arrecadação de impostos à aplicação obrigatória em projetos de segurança pública. A outra é o Projeto

de Lei do Senado (PLS) 134/06, que proíbe o contingenciamento de verba orçamentária destinada a programas nesse setor.

Antonio Carlos criticou as declarações do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que expressou receio com a aprovação, às pressas, de novas leis. Segundo ele, o ministro “ainda não contribuiu de modo algum” para resolver o problema da violência. O senador disse ainda que a denúncia de que um funcionário terceirizado da Câmara dos Deputados teria admitido a venda, por R\$ 200, de cópia dos depoimentos prestados por delegados à CPI do Tráfico de Drogas é um “fato da maior gravidade”.



“Notícia alvissareira” para o estado e o país é comemorada por Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro aplaude decisão sobre usina no Xingu

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou a decisão do juiz federal de Altamira (PA), Herculano Matias Nassif, que autorizou o Ibama e a Eletronorte a continuarem estudos e audiências públicas necessários à concessão de licença ambiental para a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, sudoeste do estado do Pará.

– Essa decisão abre a expectativa de que se possa fazer a discussão real do projeto, e é uma notícia alvissareira não só para o Pará, mas também para o país – observou Flexa Ribeiro.

Mãe do rio, uma novela sobre lendas da Amazônia

Mostrar a Amazônia e o Amapá do ponto de vista do caboclo amazonense é o objetivo da telenovela *Mãe do rio*, cujo primeiro capítulo foi exibido ontem, no Auditório Petrônio Portella. O roteiro da novela, assim como sua concepção, é do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), em parceria com artistas amapaenses.

A telenovela será exibida a partir de 29 de maio pela TV Tucuju, afiliada da Rede TV em Macapá. O fato de *Mãe do rio* ser uma produção totalmente realizada na Amazônia é, por si só, “um feito inédito na história das telenovelas”, disse Gilvam Borges. A história inspira-se nas lendas amazônicas do *Boto* e da *Matita Pereira*.



Para Gilvam, *Mãe do rio* é “feito inédito na história das telenovelas”



Magno Malta diz que envelhecimento do Código de Processo Penal é palpável

Magno Malta defende prisão perpétua

Medidas como prisão perpétua, redução da maioria penal, tipificação de crime organizado no Código de Processo Penal e a criminalização do uso de drogas ilícitas são defendidas pelo senador Magno Malta (PL-ES) como itens a constarem de uma legislação de exceção para conter a violência no país.

Ele cobrou maior rapidez na construção de presídios de segurança máxima e sugeriu a adoção do modelo italiano, em que os condenados são obrigados a trabalhar para bancar sua permanência na cadeia, indenizar suas vítimas e o Estado, mas são tratados com dignidade: as celas abrigam até quatro pessoas, com camas individuais, e o banheiro tem porta.

Saturnino vincula atos violentos a injustiça do modelo neoliberal

Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que as explosões de violência que assustaram o país nos últimos dias devem ser entendidas como consequência, a longo prazo, do modelo neoliberal, que, segundo ele, “muitos ingenuamente chamam de modernidade”.

– Em nome da eficiência, pensa-se que, para se ter competitividade, é preciso excluir. Para a grande maioria das pessoas, faltam oportunidades de realização de uma vida digna, o que acaba gerando crise de valores.

Saturnino observou que, embora pareça não haver alternativas, até pouco tempo atrás o neoliberalismo não era o único modelo.

– Havia propostas baseadas em cooperação e planejamento. Até hoje, a França é um país dentro do mundo capitalista que resiste ao neoliberalismo, pois não quer perder todas as conquistas importantes da social democracia. Na própria América Latina, as experiências da Venezuela, da Bolívia e do Haiti, embora sejam tentativas novas, devem



Saturnino prega a qualificação do aparato policial e o aumento do efetivo

ser observadas com respeito, pois buscam a revolução pela via democrática.

Saturnino pregou a qualificação do aparato policial e o aumento do efetivo como opções para minimizar os efeitos da crise.

Osmar Dias propõe ensino de cidadania para evitar o crime

Osmar Dias (PDT-PR) disse que o presidente Lula deveria cumprir sua função constitucional e liberar recursos para a educação, “cuja deficiência é uma das causas do crescimento da violência no país”. O senador defendeu investimentos em educação integral, particularmente no aprendizado de conceitos básicos de cidadania.



Para Osmar, ensino deficiente é uma das causas da violência no país

O parlamentar convocou prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais e senadores a fiscalizarem a aplicação dos recursos em educação. De acordo com ele, os recursos não são

devidamente aplicados.

O representante paranaense registrou sua preocupação com os índices de violência em Londrina (PR), cidade considerada pacata que contabilizou, em um ano, 125 homicídios. No período, uma entre cada cinco pessoas da cidade foi assaltada, segundo pesquisa do Instituto Paraná Pesquisas.

Para Osmar Dias, a escalada de violência verificada em São Paulo nos últimos dias tem se espalhado por todo o país e se tornou a maior preocupação dos brasileiros atualmente.



Líder do PSDB afirma que presidente Lula responsabiliza governos anteriores, enquanto ministro ataca Geraldo Alckmin e Cláudio Lembo

Virgílio critica declarações de Lula e de Tarso Genro sobre violência

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), criticou ontem declarações do presidente da República sobre a onda de violência que atingiu principalmente o estado de São Paulo. Segundo a Agência Brasil, Lula afirmou que, “se tivéssemos investido em educação nas décadas de 80 e 90, certamente muitos desses jovens que estão presos estariam trabalhando, dando aula ou estudando”. Arthur Virgílio disse que, com essas afirmações, o presidente Lula responsabilizou os governos de José Sarney, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

– Mas o presidente Lula nunca é culpado de nada. Que moral seletiva é essa? – questionou Virgílio.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) disse que Lula deveria admitir que, durante o seu governo, o Plano Nacional de Segurança Pública não saiu do papel.

Arthur Virgílio também criticou o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, que ontem fez diversas críticas ao candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin. De acordo com notícias veiculadas na imprensa, Tarso teria dito que Alckmin, como ex-governador de São Paulo, não estaria assumindo suas responsabilidades sobre a



Retirada de indicação é compreensível em governo incompetente, diz Virgílio

onda de violência no estado. O ministro ainda teria afirmado que o governo paulista, tendo à frente Cláudio Lembo, preferiu negociar com os criminosos do Primeiro Comando da Capital (PCC) a aceitar a ajuda oferecida pelo governo federal. Além do líder do PSDB, o presidente do partido, Tasso Jereissati (CE), protestou contra as declarações do ministro.

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), no entanto, contestou as notícias que tratam das declarações do ministro das Relações Institucionais, afirmando que “Tarso Genro não fez tais acusações”.

O discurso de Arthur Virgílio recebeu outros 11 apartes e, devido às discussões iniciadas com a fala do líder, acabou rompido o

acordo de lideranças que previa a votação de três medidas provisórias – que trancam a pauta do Senado – e da indicação de Cármen Lúcia Antunes Rocha ao Supremo Tribunal Federal.

Retirada de indicação

Arthur Virgílio ainda comentou a retirada da indicação do nome de José Carlos Barth para diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que foi publicada no *Diário Oficial* da União e constou de mensagem do presidente da República enviada para o exame do Senado. A decisão do governo federal ocorreu em função da descoberta de que o cargo exige formação em curso superior, o que não foi comprovado no currículo de Barth.

Para o senador, o erro adquire conotação inexplicável, mas se torna compreensível “quando se trata de um ato de um governo incompetente e claudicante, que nem sequer observa detalhes técnicos para indicações nas agências controladoras”.

Em aparte, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) explicou que José Carlos Barth possui formação superior completada nos Estados Unidos, mas o diploma não é reconhecido no Brasil, o que forçou o governo a promover a retirada da indicação para a diretoria da Anac.

Ideli: combate ao crime é responsabilidade de todos

Ao comentar os recentes episódios de violência no país promovidos pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que o combate ao crime organizado é responsabilidade de todos os brasileiros. Para ela, os recentes fatos retrataram um somatório de incompetências que fazem parte da história brasileira, como a falta de investimentos em infra-estrutura, a incapacidade de distribuição de renda mais justa e a falta de controle da corrupção.

Ideli lembrou ainda que a responsabilidade pela segurança é de competência dos governos estaduais, mas que, ainda assim,

o governo federal ofereceu pronto socorro ao estado de São Paulo, mais atingido pelas ações do PCC. Ela registrou ainda pesquisa em que a população opinou sobre a responsabilidade dos episódios. Segundo a senadora, 65% da população repudiou a hipótese de qualquer tipo de acordo entre governo e o comando do crime organizado.

– Todas as pessoas de bem no Brasil têm de estar unidas para enfrentar o crime organizado, só assim poderemos obter sucesso – disse.

Em aparte, o senador Sibá Machado (PT-AC) também classificou como “afronta e desafio”



Para Ideli, pessoas de bem têm de estar unidas para enfrentar o crime organizado

as ações do PCC, lamentando a venda à organização, por parte de um ex-funcionário terceirizado da Câmara dos Deputados, de uma fita com o áudio de uma sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Armas.

Iris: denunciismo destrói reputações e histórias

Ao criticar o que considera uma onda de denunciismo que coloca no mesmo patamar culpados e inocentes, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) propôs a oposição e governistas que se unam na busca de estratégias que devolvam ao país a estabilidade necessária ao seu crescimento. Ela lamentou o fato de grande parte da sessão da terça-feira ter sido reservada para senadores se defenderem de acusações não comprovadas, em vez do tempo ter sido dedicado à discussão de soluções para os ataques desferidos pelo crime organizado.

– Gradativamente, o denunciismo se transforma numa espécie de entidade acima do bem e do mal. Um sistema que, num piscar de olhos, joga na lama reputações e histórias, muitas vezes sem que se tenha a oportunidade de pelo menos exercer o direito constitucional da resposta – disse.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Iris propõe união de governo e oposição para devolver estabilidade ao país

Embora reconheça a contribuição que a imprensa brasileira vem prestando ao longo dos anos para facilitar a investigação de fatos graves que afetaram a vida nacional, Iris observou que o hábito de acusar sem as provas correspondentes vem se tornando rotina. A senadora comentou que está havendo uma espécie de justiça sumária.

– Recebe-se a denúncia, imediatamente a lançam na opinião pública e a condenação se faz quase de maneira automática.

Iris disse ainda que, enquanto a acusação é priorizada, o Brasil real só foi notado quando São Paulo parou com medo do crime organizado.

Paim comemora conferência sobre deficientes

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que foi bem-sucedida a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ocorrida em Brasília entre os dias 12 e 15 de maio.

Paim e os senadores Flávio Arns (PT-PR) e Eduardo Azevedo (PSDB-MG) participaram de painel no evento.

– Foi um grande momento de reflexão e forte elo na luta

empreendida em favor das pessoas com deficiência – avaliou o parlamentar.

Paim também ressaltou a importância da Convenção Internacional de Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, que será promulgada em janeiro de 2007 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O documento, de acordo com o senador, vai explicitar os princípios de inclusão, de não-segregação e de equiparação de oportunidades dos portadores de deficiência, com o objetivo de proteger e promover a sua dignidade.

Suplicy destaca doação de livros de José Mindlin à USP

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou notícia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre a doação, pelo empresário e bibliófilo José Mindlin, de acervo da sua Biblioteca Brasileira, que reúne mais de 40 mil títulos voltados para estudos brasileiros, à Universidade de São Paulo (USP).

Com essa doação, a universidade terá a maior coleção brasileira do mundo, afirmou o senador. O evento ocorreu ontem, às 10h, no Conselho Universitário da USP.

Suplicy defendeu ainda, em seu discurso, o governador de São Paulo, Cláudio Lembo, do PFL,



Suplicy também defendeu o governador paulista por buscar salvar vidas de presos

acusado de negociar possível acordo com líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC) para interrupção da violência.

O parlamentar argumentou que o momento crítico do conflito com detentos do PCC e os seguidos atentados na capital paulista requeriam uma atitude que pudesse salvar as vidas dos presos não perigosos que estão juntos com os demais.



Além de queda na renda, produtores gaúchos enfrentam seca, diz Zambiasi

Zambiasi ressalta adesão de gaúchos a protestos no campo

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou o engajamento de produtores rurais do Rio Grande do Sul na mobilização nacional pelo refinanciamento de dívidas e por condições mais favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária. A participação dos agricultores gaúchos no movimento se deu, ontem, pelo bloqueio de oito rodovias federais entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Na avaliação de Zambiasi, a situação em seu estado é preocupante, pois, além da desvalorização do dólar frente ao real e da defasagem entre custos e preços de venda da produção, o estado enfrenta prejuízos com a seca, que já dura mais de cem dias.



Alvaro: banco lucra mais, mas 40 milhões de pessoas não têm segurança alimentar

Alvaro Dias aponta desigualdade de renda no país

O líder da Minoria, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), afirmou que seis bancos – Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, Unibanco, Banespa e Caixa Econômica Federal – divulgaram aumento de 55,7% em seus lucros no último trimestre, quando comparado ao mesmo período de 2005, enquanto estudo do IBGE constata que 14 milhões de brasileiros passaram fome em 2004 e outros 24,5 milhões vivem em insegurança alimentar.

– Não podemos responsabilizar o presidente Lula pela existência de cerca de 40 milhões de pessoas nessa situação, mas indagamos se ele tem respondido às expectativas da sociedade – questionou.

Representantes dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário esclarecem à Comissão de Agricultura mudança para acompanhar avanço tecnológico no setor

Governo explica atualização de índices de produtividade rural

O coordenador-geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Caio França, e o coordenador-geral de Estudos e Informações Agropecuárias da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Régis Norberto da Cunha Alimandro, explicaram ontem, em reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), as razões para a proposta de elevação dos índices de produtividade rural apresentada pelos dois ministérios, no último mês. Os números atualmente praticados foram fixados com base em levantamentos de 1975 e estão defasados, argumentaram.

Os índices seriam atualizados, conforme proposta dos dois ministérios, de acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal de 2000 a 2004, tomando por base a variação de cada estado ou região, levando-se em consideração as 558 microrregiões geográficas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Caio, essas regras só atingiriam 2% das propriedades do Brasil, ou seja, 4,7 milhões de propriedades estariam fora da discussão. Ele citou como exemplo o estado de São Paulo: pelo índice vigente, a produtividade esperada para o milho é de 1,9 tonelada por hectare. Entre-



Régis Alimandro e Caio França participam na CRA de reunião presidida por Ana Júlia

tanto, a média de produtividade para a cultura, apurada em 2003 pelo IBGE, foi de 4,75 toneladas por hectare.

– A produtividade no Maranhão está em 39 sacas por hectare, e o índice que se discute é de 20, num ano de muita dificuldade em decorrência da seca – ressaltou.

Caio França disse ainda que a revisão do índice é uma exigência da Lei 8.629/93, que indica a necessidade de atualização periódica que reflita o desenvolvimento tecnológico e “amplie a capacidade do governo de aumentar a reforma agrária”.

Debate

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) demonstrou preocupação com a elevação do índice, que poderia não levar em conta características regionais e tornar propriedades produtivas passíveis de desapropriação. Também ressaltou que muitos assentamentos não são produtivos. O senador Antônio

João (PTB-MS) disse acreditar que a proposta é apenas para “tomar terras sem ter resultados”.

Já Ana Júlia Carepa (PT-PA), autora do requerimento da audiência e que presidiu a reunião, afirmou que o debate desmistificou a questão. Ela refutou a hipótese de que se estaria querendo “tomar mais terra”.

O artigo 5º da Constituição federal de 1988 determina que a propriedade rural deve atender à função social com o cumprimento de quatro condições: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente; obediência às regras das relações de trabalho; e exploração que favoreça o bem-estar de proprietários e trabalhadores.

A atualização dos índices de produtividade é feita por ato administrativo conjunto dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.



Desde 2005 foram sancionadas dez leis sobre renegociação de dívidas, lembra Sibá

R\$ 27,5% poderão ser utilizados em dívidas já renegociadas, cujos devedores não se preocuparam em como pagá-las, conforme assinalou.

– Sei que o dólar está baixo, que agricultores e governo devem discutir uma solução conjunta, mas muitos produtores já tiveram suas dívidas negociadas. Querem pegar carona. A economia não suporta – reiterou.



Para Maciel, contingenciamento reduz investimentos em ciência e tecnologia

Maciel reprova veto a projeto que assegura verba para pesquisa

Marco Maciel (PFL-PE) criticou, em Plenário, o veto do presidente da República ao projeto que acaba com os contingenciamentos dos recursos da União destinados à área de ciência e tecnologia. Maciel declarou que, “na prática, esse veto significa uma grande redução no volume de recursos que seriam repassados a universidades e instituições de pesquisa, e também demonstra o pouco empenho do governo federal em dar ao país autonomia na área de ciência e tecnologia”.

O senador também disse que a decisão presidencial surpreendeu a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), presidida por Ennio Candotti.



Suassuna afirma que seu estado recebe parcela reduzida de recursos do FNE

Suassuna cobra mais investimentos federais na Paraíba

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), cobrou ontem maiores investimentos do governo federal em infra-estrutura na Paraíba. Citando dados oficiais relativos a aplicação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), Suassuna reclamou de discriminação contra seu estado, onde, conforme afirmou, foi aplicado menor volume de verbas, em comparação com a Bahia, Pernambuco e Ceará.

Entre 1989 e 2004, informou, a Bahia recebeu 25,5% dos recursos do FNE, enquanto Pernambuco ficou com 17,1%, o Ceará com 12,2% e a Paraíba com 6,1%.

Projeto de Lúcia Vânia aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais
torna mais rígida a Consolidação das Leis do Trabalho

Multas maiores para quem contratar menor de 16 anos

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) poderá tornar-se mais rígida em relação às pessoas que empregarem menores de 16 anos, ressalvada a contratação, na condição de aprendiz, de menores a partir dos 14 anos. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que estabelece novos valores de multas para quem descumprir as normas de proteção ao trabalho do menor.

Conforme a proposta (PLS 343/05), a multa passará a ser de R\$ 611,84, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com as normas de proteção ao trabalho dessa categoria, na condição de aprendiz. Em caso de reincidência, o valor será cobrado em dobro. Pelo atual texto da CLT, a multa é de um salário mínimo, ou seja, R\$ 350.

O projeto prevê ainda uma

nova multa, diferenciada e mais pesada, para os que se utilizarem de mão-de-obra de menores de 16 anos de forma ilegal, como, por exemplo, a contratação de menores de 14 anos, o que não é permitido sob nenhuma hipótese. Para esses casos, a multa será de R\$ 3 mil, aplicada tantas vezes quantos forem os menores contratados. Ainda com base na proposta, todos os recursos arrecadados com a aplicação de multas serão destinados ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA).

Lúcia Vânia lembra, na justificativa ao seu projeto, que o drama do trabalho infantil compõe um “quadro aterrador”, pois perpetua a exclusão que ocorre nas classes em situação de precariedade econômica e social. Na opinião da senadora, o trabalho infantil também mantém o círculo de vulnerabilidade e degradação no qual crianças pobres não podem estudar porque têm que

trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias, tornando-se, assim, adultos pobres e sem qualificação profissional, que, no futuro, terão filhos que não poderão frequentar uma escola pelo mesmo motivo.

– A erradicação do trabalho infantil tem de enfrentar o desafio da inclusão social não só de crianças, mas também de suas famílias, compreendendo a cidadania como pleno exercício dos direitos sociais, civis e políticos – afirma a senadora.

Em parecer favorável ao projeto, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) observa que o poder público vem desenvolvendo vários programas com o objetivo de contribuir para a geração de empregos e treinamento profissional para melhorar a qualidade de vida dos membros adultos das famílias.

– Com esses instrumentos, pretende-se dificultar a exposição precoce de crianças no mercado de trabalho – disse Tourinho.



Na audiência, Gustavo Starling (E), Flávio Arns, Márcio Gonçalves e Sérgio Torres

Pirataria está ligada ao crime organizado, dizem especialistas

A pirataria no setor de audiovisual faz parte de uma rede internacional de organizações criminosas e o Brasil precisa alterar a legislação para torná-la, efetivamente, um instrumento de combate a essa prática. A opinião foi manifestada ontem por especialistas, em audiência pública sobre pirataria na indústria do audiovisual. Solicitado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Paulo Paim (PT-RS), o debate foi promovido pelas subcomissões permanentes de Cinema, Teatro e Comunicação Social e de Ciência e Tecnologia, que funcionam no âmbito da Comissão de Educação (CE).

O presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), Gustavo Starling Leonardos, informou que 75% de toda a pirataria praticada no país provém do exterior.

Segundo ele, apenas 5% das importações são fiscalizadas nas alfândegas e cerca de 80% são liberadas automaticamente. Leonardos disse ainda que à noite não há fiscalização e o contrabando entra livremente no país.

O presidente da ABPI assinalou também que 40% do preço dos CDs é formado por impostos, e alertou para o fato de a cadeia da pirataria favorecer o crescimento da economia informal e fazer com que as indústrias saiam do Brasil.

Flávio Arns (PT-PR), presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, comunicou que essas informações vão contribuir para que as subcomissões tomem providências no sentido de diminuir a ação criminosa da pirataria. Ele disse ainda que à Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social será integrada a área de Música.

Prejuízo com evasão fiscal pode chegar a R\$ 30 bilhões por ano

O assessor do secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual do Ministério da Justiça, Sérgio Torres, disse que, além de financiar crimes como tráfico de armas, a pirataria provoca evasão fiscal de aproximadamente R\$ 30 bilhões por ano e descapitaliza as empresas com a concorrência desleal, gerando o desemprego de 2 milhões de pessoas.

A afirmação foi feita durante audiência pública realizada pelas subcomissões permanentes de Cinema, Teatro e Comunicação Social e de Ciência e Tecnologia.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou que 41% dos consumidores de CDs piratas são jovens de 16 a 21 anos de idade. O senador sugeriu campanhas educativas nas salas de aula.

Segundo o consultor jurídico da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), Alvacyr Resende, as organizações criminosas estão aparelhadas com tecnologia moderna e serviços de inteligência que atuam em todo o mundo.

Romeu Tuma (PFL-SP) observou que as informações expostas pelos especialistas já oferecem um diagnóstico do problema da pirataria no Brasil. Ele também propõe leis mais rígidas.

O diretor do Programa de Anti-pirataria da Motion Picture Association (MPA), Márcio Gonçalves, ressaltou que o combate à pirataria encontra dificuldades como a lentidão do Poder Judiciário na decisão das sentenças, a corrupção dos agentes fiscalizadores e o desconhecimento técnico por parte das autoridades.



Antônio Carlos Valadares (E) preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais que aprovou projetos em decisão terminativa

Restrição a teste genético por planos de saúde

A realização de teste genético para detecção prévia de doenças como condição para participar de planos privados de assistência à saúde poderá ser proibida no Brasil. Projeto de lei (PLS 231/00) com esse objetivo, de autoria do senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta acrescenta dispositivo à Lei 9.656/98, que trata de planos e seguros privados de assistência à saúde, para coibir a exigência de testes genéticos. Para Juvêncio, a detecção prévia

de doenças deve ser realizada como uma necessidade médica e não como um instrumento discriminatório que vise à redução dos custos para entidades de seguros e assistência à saúde.

– O objetivo do seguro de saúde é a socialização do prejuízo financeiro advindo da doença. Inteirar-se da doença potencial antecipadamente e excluir o potencial doente da socialização do seu prejuízo é não apenas discriminá-lo, mas tirar-lhe a vida com qualidade também antecipadamente – justificou.

Da mesma opinião compartilha o relator da matéria, Mão

Santa (PMDB-PI), para quem a detecção prévia de doenças deve ser encarada como o resultado da evolução do conhecimento científico e tecnológico na área médica, mas só deve ser utilizada para o benefício das pessoas.

– Ao mesmo tempo em que abrem novas portas para a detecção precoce e o tratamento mais efetivo de patologias de caráter genético, os testes genéticos podem se transformar em instrumento discriminatório, cujo uso atenta contra os direitos humanos, individuais e sociais – acentuou Mão Santa.